

CONTAS PÚBLICAS

30 JUL 1990 GAZETA MERCANTIL

Collor envia ao Congresso a revisão do orçamento de 90

por Marta Salomon
de Brasília

O presidente Fernando Collor encaminhou na última sexta-feira ao Congresso Nacional a revisão do Orçamento Geral da União para 1990. O governo pede a autorização para a abertura de créditos que somam Cr\$ 2,5 trilhões.

Através de remanejamento de dotações orçamentárias ainda não divulgadas, o governo pretende assegurar a meta de superávit de 1,65% do PIB na execução de suas contas nos próximos seis meses. Entre os documentos divulgados pelo Palácio do Planalto não consta a relação de projetos que terão recursos cancelados nem as atividades que terão reforço de créditos especiais.

A exposição de motivos assinada pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, aponta a redução dos encargos e do principal da dívida interna e "importante" contenção de despesas com a manutenção e funcionamento de órgãos e entidades da administração pública. A reestimativa de receita registra um excesso de arrecadação de Cr\$ 1,18 trilhão.

A revisão do orçamento foi feita considerando um cenário otimista do comportamento da economia: a estabilidade nos preços a

partir de junho e o crescimento nulo do PIB. As despesas do orçamento não vão mais acompanhar a variação da inflação. Por isso, não está descartada a necessidade de uma nova revisão do orçamento até o final do ano.

A revisão do orçamento consolida, segundo a exposição de motivos, o esforço do governo para adequar os gastos públicos às receitas da União. O governo lançou mão da redução de gastos com custeios e investimentos, limitou a emissão de títulos públicos e já contou com resultados do programa de venda das estatais. Os certificados de privatização, por exemplo, deverão render Cr\$ 208,4 bilhões ao governo até o final do ano. A estimativa foi firmada antes da primeira venda dos certificados, que não registrou os resultados esperados.

A exposição de motivos divulgada pelo Palácio do Planalto traz a estimativa de gasto do governo com as indenizações trabalhistas dos servidores públicos que deverão ser dispensados por força da reforma administrativa. São Cr\$ 4,5 bilhões. O governo calcula, porém, uma economia de Cr\$ 150 bilhões com o enxugamento do quadro de pessoal. Esse número significaria uma redução de 10%

na estimativa inicial de gastos com pessoal neste ano, conforme apurou o editor Ivanir Bortot.

Dentro da revisão orçamentária, o governo está dando tratamento ousado à dívida interna. Com parte do resultado operacional do Banco Central, estimado em 1,005 trilhão, o governo pretende pagar antecipadamente a dívida pública mobiliária que estará vencendo em 1991. O Tesouro Nacional vai utilizar Cr\$ 407 bilhões destes recursos para resgatar títulos e encargos da dívida pública. O governo vai resgatar em torno de 2,2 trilhões da dívida mobiliária, devendo utilizar para isso também recursos tributários e provenientes dos certificados de privatização.

RESERVAS DE CONTINGÊNCIA É AMPLIADA

A Reserva de Contingência da Presidência da República receberá um importante reforço de caixa. A reserva — uma espécie de fundo do governo para cobrir despesas "urgentes e imprevisíveis" — foi elevada de Cr\$ 3 bilhões para Cr\$ 8,8 bilhões, superando largamente qualquer eventual inflação que possa acontecer.

A partir de agora, diversos órgãos da administração direta poderão voltar a

fazer aplicações em projetos relevantes. A nova revisão orçamentária permite a troca de fontes de títulos da dívida pública (que estavam proibidos de ser emitidos) por outros instrumentos de financiamento como recursos ordinários e as receitas do Banco Central.

Os investimentos do governo nas áreas de transporte e agricultura, em especial, estão sofrendo um corte de 40%. O orçamento tem recursos de Cr\$ 359 bilhões para financiar todas as operações de crédito do Tesouro Nacional. O investimento na área agrícola e de transporte (DNER) previsto em Cr\$ 226,8 bilhões acabou ficando em Cr\$ 162 bilhões.

O governo vai gastar até o final do ano apenas Cr\$ 424,9 bilhões para financiar o custeio da safra de cereais e oleaginosas do Centro-Sul e Norte/Nordeste e o plantio do trigo. Dentro desta subida o Tesouro Nacional deverá utilizar Cr\$ 60 bilhões para cobrir suas obrigações junto ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Para atender a contrapartidas de financiamentos externos do governo brasileiro para este ano está sendo criado um crédito adicional de Cr\$ 8,5 bilhões.

RECEITA DO TESOURO 1990

Especificação	Orçamento	1º Estimativa	1º Excesso	2º Estimativa	2º Excesso
Imposto sobre a importação	24.072,1	106.762,2	82.690,1	106.767,6	5,4
Imposto sobre o renda	166.416,3	871.141,5	704.725,2	904.077,0	112.935,5
Imposto sobre produtos industrializados	102.396,7	461.618,6	359.221,9	507.038,7	45.420,1
Imp. sobre prop. terr. rural	10.251,7	262.925,7	252.674,0	272.610,5	9.684,8
Contribuições de empres. e trab. p/seguridade social	484,2	1.143,7	679,5	1.143,7	—
Contribuição para o fisco social	300.661,2	1.110.900,0	810.238,8	1.110.900,0	—
Contribuições para os programas PIS/Pasep	66.209,3	279.340,1	213.138,8	314.560,2	35.220,1
Contribuição salário-educação	42.529,9	280.877,3	238.347,4	280.877,3	—
Contribuição para o Pin e Proterra	7.942,4	19.358,0	11.415,6	40.614,0	21.256,0
Resultado do Banco Central	5.159,9	19.885,2	14.725,3	19.885,2	—
Remuneração disponibilidades do Tesouro Nacional	141.611,6	738.199,0	596.587,4	1.005.700,0	267.501,0
Reforma patrimonial — alienações	44.572,8	225.311,0	180.738,2	425.273,0	199.962,0
Reforma patrimonial — privatizações	—	—	—	5.300,0	5.300,0
Juros e amort. de empréstimos (Operações Oficiais de Crédito)	—	—	—	110.350,0	110.350,0
Outras receitas	92.403,4	224.499,8	132.096,4	359.324,2	134.824,4
	85.657,9	254.691,5	169.033,6	279.682,7	24.991,2
Subtotal	1.090.349,4	4.856.653,6	3.766.304,2	5.824.104,1	96.450,5
Operações de crédito — Títulos do Tesouro Nacional	1.936.685,8	890.304,0	(1.046.381,8)	878.665,7	(1.638,3)
Operações de crédito — outras	14.952,3	35.955,8	21.003,5	53.940,9	17.985,1
Certificados de privatização	—	—	—	208.400,0	208.400,0
Total	3.041.987,5	5.782.913,4	2.740.925,9	6.965.110,7	1.182.197,3
Receita disponível	215.934,6	1.170.139,0	954.204,4	1.447.294,4	277.155,4
Receita vinculada	749.002,6	3.082.561,2	2.333.558,6	3.689.922,1	607.369,9
Operações de crédito	1.951.638,1	926.259,8	(1.025.378,3)	1.141.006,6	214.746,8
Transferências a Estados e Municípios	125.412,2	603.953,4	478.541,2	686.887,6	82.934,2
Total	3.041.987,5	5.782.913,4	2.740.925,9	6.965.110,7	1.182.197,3